

Morte de colono tumultua Boca do Acre

Sindicatos dos Trabalhadores da Zona Rural, 14 se reuniram em praça pública, no Município de Boca do Acre, pedindo justiça pelo assassinato do agricultor Manuel Ferreira Criado, ocorrido há nove dias, naquela localidade. Durante essa manifestação, todos os agricultores reiteraram o propósito de fazer justiça com as próprias mãos, se dentro de um prazo de trinta dias as autoridades do governo não punir o assassino ou os responsáveis por esse crime.

SUSPEITA

Em cada discurso, um desabafo, uma acusação. Em nenhum momento a FUNAI foi poupada de críticas. Para a maioria esse órgão é responsável pelos principais incidentes que envolvem os índios e agricultores.

O encontro de membros de diretorias de Sindicatos Rurais e agricultores teve início com um dramático apelo de Maria das Graças Rocha, filha da vítima Manuel Ferreira Criado, morto com vários tiros de espingarda pelo índio Nozinho Gonçalves, descendente da tribo Apurinã.

"Precisamos fazer justiça. Meu pai foi morto no campo, em pleno trabalho. Tem que haver alguma coisa para resolver isso. Ele morreu de joelho, pedindo pelo amor de Deus que não o matasse. Estou implorando por justiça, em nome da minha família, que dependia do trabalho do meu pai para sobreviver", desabafou.

Pedro Castilho, presidente da Cooperativa de Boca do Acre, afirmou que "não podemos ficar calados diante de tanta arbitrariedade. O homem que defendia os direitos dos trabalhadores do campo e do índio, também, foi morto. Mas precisamos de investigações mais profundas. Ele não morreu de doença. É estranho um índio sair de sua reserva para matar um caboclo".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Boca do Acre, também, manifestou-se solidário a esse movimento, destacando que é necessário que se dê mais segurança ao município.

— Não queremos nada de ninguém. A terra é nossa e é um direito nosso. Não queremos ser enquadrados na Lei de Segurança. Queremos sim, sermos amparados pela segurança. Agora digo uma coisa: nós estamos chorando agora, mas alguém irá chorar por nós, depois. Onde está o governo? Será que não está vendo a nossa situação?

Vitor Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato de Construção Civil, protestou

contra a FUNAI, responsabilizando-a pelo crime, levantando suspeita até de os agentes da FUNAI terem orientado o índio para matar Manuel Ferreira Criado, por ser um líder para muito atuante dos agricultores.

"Vim prestar meu apoio, para fazermos justiça. Esses choques acontecem porque os brasileiros não têm terras. As leis só beneficiam os estrangeiros. E por falta de justiça, os trabalhadores estão tomando atitudes muitas vezes precipitadas. Onde está a reforma agrária prometida? Será que ela está nas mãos dos estrangeiros? Nós só queremos justiça e liberdade. Será que brasileiro é somente o índio?"

O presidente do Sindicato de Sena Madureira fez um apelo mais humano: Indagou, por exemplo, das autoridades, depois desse crime, quem vai se responsabilizar pelos filhos e a esposa da vítima?

Num dos apartes, o presidente da Cooperativa, Pedro Castilho, disse que os trabalhadores devem insistir na necessidade de uma reforma agrária ampla, como uma solução imediata para o problema latifundiário do país.

Foi citado na discussão, também, o problema das terras dos índios. Para os trabalhadores, o governo se preocupa mais com o índio do que com o trabalhador do campo, que é quem produz para alimentar as populações das cidades.

O representante da Colônia dos Pescadores disse que o governo está de braços cruzados. E se posicionou a favor do prazo de trinta dias, para que as autoridades tomem uma providência.

— Onde está o prefeito, as autoridades, o delegado, o governo do Estado, os deputados? O governo só dá de comer a quem não trabalha. E nós não temos direito a nada. Assim não temos condições de sustentarmos nossos filhos.

Para o agricultor Garcia, membro da Cooperativa de Boca do Acre, "o índio não ia matar. Era nosso amigo. Ele vivia na sua reserva, mas sempre estava em contato com a gente. Acho que foi mandado pela FUNAI. Se a FUNAI quer proteger o índio que lhe dê uma área afastada da cidade. Se não fizerem justiça, nós iremos fazer. Só quero saber — interrogou — qual a ajuda que os índios estão dando ao governo federal. Já que não podem ser julgados, por serem considerados selvagens, por que não demarcar as terras deles e afastá-los da nossa cidade?"

Outros agricultores perguntaram onde estão os homens que estão ganhando dez, vinte, trinta ou mais salários, para fazerem justiça, e não a fazem.

VEREADORA DENUNCIOU O CRIME ÀS AUTORIDADES



Vereadora Dirce Melo, do PMDB de Boca do Acre, em companhia da agente da CPT em Lábrea.

O ministro do Interior, Mário Andreazza e o governador José Lindoso já são sabedores do último assassinato de uma agricultor, por um índio aculturado, em Boca do Acre, há nove dias aproximadamente.

A vereadora Dirce Alves de Melo, do PMDB de Boca do Acre, solicitou que a FUNAI mande demarcar a área dos índios ou afaste-os do perímetro da cidade. Do governador José Lindoso, pediu para que determine apuração do assassinato do agricultor Manuel Ferreira Criado.

MEDIDAS

"Se a FUNAI julga o índio inocente, por aparentar ser um selvagem (capaz por isso de matar qualquer pessoa sem que haja punição), então que afaste imediatamente a reserva indígena de Boca do Acre, pois está dentro do perímetro da cidade", disse ao ministro Mário Andreazza a vereadora

Dirce, esta semana em Manaus.

Caso não seja atendido esse pedido, a vereadora espera que, então, a FUNAI demarque a reserva dos índios. Também aguarda que o Ministério do Interior mande apurar quem são os responsáveis pelo fornecimento de armas aos índios. Segundo a vereadora do PMDB, esses pleitos foram encaminhados ao Hugo Braga, assessor do ministro Mário Andreazza, para efetuar as devidas providências.

A parlamentar esteve também levando ao conhecimento do governador José Lindoso esse problema de Boca do Acre. Segundo a informante, o Chefe do Executivo amazorense chegou a considerar exagerado o seu relatório sobre a crise. Mas, depois que ouviu uma fita cassete sobre uma manifestação popular de protesto, ele se comoveu.

"Ele me respondeu que estava admirado. Suspeitou de mim que eu estivesse exagerando a situação, pois o prefeito Manuel Waldir Ávila

de Lima e o deputado José Belo Ferreira (representante do município), não o haviam informado desta situação. Foi quando coloquei a fita no gravador para ele escutar as palavras dos próprios agricultores, durante uma manifestação na praça principal da cidade. Terminou comovido e prometeu tomar providências imediatas, o mais breve possível.

Os sindicatos dos Trabalhadores Rurais deram um prazo de trinta dias para o governo tomar uma providência. A vereadora garantiu que, "se não houver solução, o próprio ministro ou o governo federal e estadual serão responsabilizados pelo que acontecer.

"O povo está desesperado — enfatizou — não acredita mais na justiça. Querem uma solução a qualquer preço. Deixar o índio portar arma livremente ou talvez fornecer-lhe arma para matar posseiros, quem consente deve ser condenado também como cúmplice do crime", arrematou a vereadora.